

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: ATUALIDADE E PASSADO ENTRELAÇADOS EM UMA ANÁLISE ACERCA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A SAÚDE LGBTQIA+

Pablo de Oliveira Lopes¹

<https://orcid.org/0000-0002-6779-2263>

RESUMO

A presente pesquisa de doutorado, de caráter bibliográfico e documental, analisa textos de divulgação científica sobre a saúde LGBTQIA+, publicados nos anos 1980 e 1990, e outros, difundidos atualmente: são avaliados escritos de jornalistas e médicos, divulgados nos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, e publicações mais recentes (a partir de 2016), realizadas por distintos profissionais, entre eles, jornalistas, médicos e uma enfermeira, em variadas plataformas. Para desenvolver essa análise específica, que se propõe a entender se a divulgação de escritos sobre saúde, destinados ao público leigo, acompanhou as transformações pelas quais passou a sociedade, aplica-se a História do Tempo Presente (HTP), área dos estudos históricos que desloca o centro da pesquisa do passado para o presente, com o intuito de compreender como acontecimentos do pretérito repercutem na atualidade. O método para avaliar os documentos envolve a Análise Crítica do Discurso (ACD), abordagem teórico-metodológica que permite investigar como as formas linguísticas atuam na transformação social. A partir da avaliação das publicações, percebemos que houve mudanças positivas (avanços no número de temas discutidos, no vocabulário empregado nos textos, nos canais de divulgação e na profundidade das discussões) na maneira de se abordar a saúde LGBTQIA+, mas ainda é possível encontrar discursos que não contribuem para um debate tão proveitoso acerca do assunto.

Palavras-chave: Divulgação científica; Saúde LGBTQIA+; História do tempo presente; Análise crítica do discurso.

Submetido em: 25/02/2026 – Aprovado em: 06/04/2026 – Publicado em: 07/04/2026

¹ Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC); professor substituto do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP; professor do curso de medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Paulo SP; lopespo33@gmail.com



HISTORY OF THE PRESENT TIME: PRESENT AND PAST INTERTWINED IN AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC DISSEMINATION ABOUT LGBTQIA+ HEALTH

ABSTRACT

This doctoral research, which is bibliographical and documentary in nature, analyzes popular science texts on LGBTQIA+ health published in the 1980s and 1990s, as well as others currently disseminated. It evaluates writings by journalists and physicians published in the newspapers O Globo and O Estado de S. Paulo, as well as more recent publications (since 2016) by various professionals, including journalists, physicians, and a nurse, on various platforms. To develop this specific analysis, which aims to understand whether the dissemination of health-related writings aimed at the lay public has kept pace with the transformations undergone by society, it applies the History of the Present Time (HTP), an area of historical studies that shifts the focus of research from the past to the present, aiming to understand how past events impact the present. The method for evaluating the documents involves Critical Discourse Analysis (CDA), a theoretical and methodological approach that enables us to examine how linguistic forms influence social transformation. By evaluating publications, we observed that positive changes (increases in the number of topics discussed, the vocabulary used in texts, the dissemination channels, and the depth of discussions) have occurred in how LGBTQIA+ health is addressed. However, it is still possible to find discourses that do not contribute to a fruitful debate on the subject.

Keywords: scientific dissemination. LGBTQIA+ health. history of the present time. critical discourse analysis.

1 INTRODUÇÃO

Quando tomamos a população LGBTQIA+² como referência, a sexualidade e as questões de gênero estão historicamente relacionadas à saúde desse segmento. Basta voltarmos aos anos 1980 para nos depararmos com o surgimento da epidemia³ de HIV/AIDS⁴ e comprovarmos isso.

Segundo Lopes (2019), em junho de 1981, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos registrou os primeiros casos de uma enfermidade que, à época, foi chamada de ‘Doença dos 5H’, em razão de casos identificados em homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável) e prostitutas (*hookers*, em inglês). Ainda de acordo com Lopes (2019), no mesmo ano, autoridades sanitárias detectaram a possibilidade de transmissão da doença por meio do ato sexual, do uso de drogas injetáveis e da exposição a sangue e derivados. A moléstia acabou recebendo o nome definitivo de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA, em espanhol, ou AIDS, na sigla em inglês). Em 1984, a equipe do virologista francês Luc Montagnier isolou e caracterizou um retrovírus, o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), como o causador da AIDS, que representa a fase avançada da infecção provocada justamente pelo HIV.

O binômio HIV/AIDS foi destaque na imprensa nos anos 1980 — de acordo com Spink *et al.* (2001), em 30 de outubro de 1985, o jornal francês *Le Figaro* publicou: “A AIDS é a primeira doença da mídia”, frase que ressalta um dos aspectos mais marcantes da epidemia — sua ampla difusão no mundo pelos veículos de comunicação de massa — e a construção de um novo fenômeno social: a ‘AIDS notícia’. E vários trabalhos científicos utilizam a divulgação científica sobre o HIV e a AIDS como mote.

Em uma rápida pesquisa no site de buscas Google Acadêmico, usando os descritores em ciências da saúde ‘HIV/AIDS’, ‘divulgação científica’ e ‘jornais’, encontramos inúmeras referências a publicações sobre essa temática; entre elas,⁵ artigos, dissertações e teses.

Ainda que, desde a década de 1980, o binômio HIV/AIDS tenha papel fundamental nas discussões sobre a saúde LGBTQIA+, é possível afirmar que, paulatinamente, outros temas têm ganhado destaque nesta seara. É o caso dos cuidados ginecológicos de mulheres lésbicas, da saúde mental de pessoas trans, e do uso de drogas ilícitas em festas de sexo. A saúde LGBTQIA+ é algo mais amplo, de proporções que não cabem no espaço delimitado apenas pelo HIV e pela AIDS.

² Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis/transgêneros, queer, intersexos, assexuais e ‘+’ (para as demais identidades sexuais e de gênero).

³ Surto periódico de uma doença infecciosa em dada população e/ou região.

⁴ Apesar do UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS) recomendar que o uso do termo HIV/AIDS seja evitado, o mantivemos no texto porque acreditamos que, sob uma perspectiva histórica e sociológica, os dois elementos estão ligados. E do ponto de vista sociocultural, citações ao HIV remetem à epidemia à qual ele está associado.

⁵ ‘Divulgação do conhecimento científico sobre aids e representações sociais’, autora: Bousfield, Andréa Barbará da Silva, ano: 2007; ‘As publicações de HIV/AIDS nas redes sociais: um estudo netnográfico no Instagram’, autor: Jesus, Alan de, ano: 2020; ‘As vozes da AIDS na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo’, autor: Darde, Vicente William da Silva, ano: 2006; ‘As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão’, autor: Darde, Vicente William da Silva, ano: 2012.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho, de caráter bibliográfico e documental, analisa como se realizava a divulgação científica sobre a saúde LGBTQIA+, tanto em textos publicados nos anos 1980 e 1990 quanto em textos atualmente difundidos. Foram usados textos de jornalistas e médicos, divulgados nos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, nas décadas de 1980 e 1990 (os textos do jornal 'O Globo' estão presentes na minha dissertação de mestrado), e publicações atuais (de 2016 em diante), de diferentes veículos de comunicação, e também de mídias sociais, feitas por distintos profissionais, entre os quais há jornalistas, médicos e uma enfermeira; entre estes últimos, destacamos os seguintes: Ricardo Vasconcelos, infectologista que mantém uma coluna na página VivaBem, do Universo Online (UOL); Vinicius Borges, infectologista, que usa sua conta no Instagram para fazer as postagens; e o Consultório LGBTQIA+, coluna da página do médico Jairo Bouer, também albergada no UOL, composta por outros 4 médicos, que se definem como 'médiques' (a letra 'e' na sílaba 'ques' foi usada para escrever uma palavra neutra, que não faz alusão ao gênero feminino nem ao masculino, e contempla, portanto, pessoas que não se identificam com nenhum dos gêneros): Bruno Branquinho (psiquiatra); Patrícia Carvalho (ginecologista e obstetra); Pedro Campana (infectologista); e Vinicius Lacerda (cirurgião digestivo). Os 4 declaram-se 'LGBTQIA+' e afirmam que escrevem sobre temas de saúde para pessoas LGBTQIA+.

Para realizar tal análise, recorreremos à História do Tempo Presente (HTP), área dos estudos históricos que desloca o centro da pesquisa do passado para o presente, com o intuito de compreender como acontecimentos do pretérito reverberam na atualidade, contando com a interdisciplinaridade, que permite a troca de conhecimento entre profissionais de distintas áreas de pesquisa e pluralidade de visões, como observa Dosse (2012, p. 14-15),

Entre as realizações da História do tempo presente, devemos mencionar em primeiro lugar que os historiadores que trabalham com o presente têm a necessidade, para realizar com maior êxito suas pesquisas, de trabalhar com os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, psicanalistas, antropólogos e críticos literários. Isso resulta em uma abertura da prática histórica sobre outras práticas, que permite novos esclarecimentos graças a esses intercâmbios frutuosos entre diferentes disciplinas.

E há, inclusive, historiadores que afirmam que tal intercâmbio, além de benéfico, é fundamental, pois não se deve deixar o tempo presente a cargo apenas das ciências sociais. É o que expressa Delacroix (2018), ao relatar que a maioria dos historiadores pensa como Lucien Febvre e Marc Bloch, que comungam da ideia de que não se deve entregar o presente às outras ciências sociais, as chamadas 'disciplinas do presente', tais como a ciência política e a sociologia.

Segundo Sauvage (1998), a história contemporânea abrange o período que vai da Revolução Francesa até a Segunda Guerra Mundial. Para a compreensão do período que vai da Segunda Guerra até os dias de hoje, pode-se recorrer à HTP.

É possível interpretar, de forma contextual e sociológica, as políticas e as práticas de saúde por meio da análise histórica, empregando novos temas, metodologias, problemas e alternativas que modifiquem suas interpretações, conforme indicam estudiosos do campo da história e da sociologia das práticas médicas e de saúde.

Assim, a história tem servido para apresentar evidências que justifiquem decisões tomadas no campo da saúde na sociedade contemporânea. Não cabe à história apenas o papel de enunciar as lições aprendidas com os erros e os acertos do passado. Dada a necessidade de entender a saúde coletiva como um campo do saber que vai além dos conhecimentos médicos, já que é construída a partir de questões sociais, econômicas e políticas, a história ganha espaço e notoriedade, agregando elementos das ciências humanas e sociais aos debates do campo da saúde. E o faz não apenas vasculhando e analisando o pretérito, mas também voltando-se para o presente, apurando o 'agora', o momento que se vive. Sobre isso, discorrem Mota e Marques (2018, p. 15-16):

Tratando de dilemas historiográficos sobre acontecimentos, lugares e objetos que causam sofrimento à humanidade e a busca de sua supressão, ou seja, sobre práticas e representações em torno do adoecimento e daquilo que se considera saúde, a chamada "história do tempo presente" tem sido, nos últimos anos, instada a ocupar esse espaço a partir de sua metodologia diante dos dilemas contemporâneos, a enfrentar o acontecimento do sofrimento humano, quer no testemunho de sujeitos que vivem situações de ruptura social como epidemias modernas, migrações forçadas, catástrofes naturais, quer para capturar a conformação de campos de conhecimento envolvendo a saúde e sua atuação na formulação de saberes e políticas, bem como na formação de profissionais.

A HTP dedica-se ao estudo do período de 1945 até os dias de hoje, e o termo 'tempo presente' pode soar contraditório, já que o presente não é passado e não pode ser objeto da história. Entretanto, por meio de uma crítica mais atenta, pode-se perceber que o objetivo da HTP é entender o presente por meio do passado e vice-versa: "Ao optar pelo termo 'presente', os historiadores desse período quiseram insistir em um ponto central. François Bédarida, o primeiro diretor do Instituto do Tempo Presente, destacou: 'A maior inovação desta empresa é a interação entre passado e presente'" (SAUVAGE, 1998, p. 2).

Para o surgimento da HTP contribuíram 02 fatores: uma exigência historiográfica e uma necessidade social. A historiografia do século XX, movida por um desejo de seguir rumos diferentes daqueles adotados pelas maneiras tradicionais de se fazer e escrever a história, que se baseavam em acontecimentos de natureza política, diplomática ou militar, passa a valorizar processos, estruturas e relações entre as distintas instâncias da sociedade.

Além disso, o desenvolvimento dos meios de comunicação permitiu que uma gama de documentos chegasse até os historiadores, como afirma Vengoa (1998, p. 3):

Em segundo lugar, o amplo desenvolvimento registrado pela mídia, a importante massa documental existente em situações relacionadas ao nosso presente, criou as condições para que os historiadores superassem o 'trauma' dos arquivos e começassem a trabalhar em temas contemporâneos.

Também a necessidade de responder às demandas sociais levou os historiadores a se interessarem por temas contemporâneos. Vengoa (1998) pondera que a HTP resulta de profundas transformações que modificam as bases que sustentam a sociedade atual. Uma sociedade urbana e industrializada, com acesso a muitas informações, que exige de cientistas sociais e historiadores respostas rápidas a problemas do cotidiano. A história do tempo presente está marcada por grandes diferenças em relação à historiografia tradicional, como se vê na descrição de Sauvage (1998, p. 6):

Os historiadores da atualidade estão convencidos de que, no que diz respeito ao método, romperam com a historiografia tradicional. François Bédarida apontou um conjunto de práticas que diferenciam os historiadores da atualidade de outros historiadores: o uso de novas fontes (principalmente fontes orais), a abordagem comparativa e multidisciplinar mantida pelo diálogo e intercâmbio com as demais ciências sociais; a vontade de reintroduzir a longo prazo no tempo presente; o desejo de descobrir as complexas relações entre rupturas e continuidades.

A interdisciplinaridade é marca registrada da HTP, que tem um grande leque de fontes de pesquisa disponíveis (escritas, audiovisuais, orais):

O historiador da atualidade tem que enfrentar uma enorme abundância de fontes de todos os tipos (do escrito ao audiovisual, passando pelo testemunho oral). Deste ponto de vista, o historiador da atualidade é considerado um privilegiado em relação a seus colegas de outros períodos. O risco de ser privado de documentação quase não ocorre. No entanto, o reverso da medalha é que a abundância de fontes requer escolha e seleção. O rigor do ofício do historiador entra mais do que nunca em jogo aqui. Se não se conhece o contexto, se não há um método seguro para criticar os documentos, corre-se o risco de se naufragar em um mar de palavras e imagens. É por isso que novas fontes, ou seja, aquelas que não são escritas, exigem novos métodos de análise e crítica (SAUVAGE, 1998, p. 7).

Seguindo a trilha da interdisciplinaridade, a saúde coletiva será nosso campo de análise: uma área de pesquisa que abrange a interseção de saberes e que, segundo Luz (2009), mostra-se complexa em razão da junção dos três paradigmas que já citamos: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. O autor acrescenta que tal complexidade deve-se à conexão estabelecida entre as disciplinas que integram o campo, originadas das biociências e das ciências humanas.

A interdisciplinaridade também está presente na interseccionalidade, que, segundo Bilge (2009), é uma teoria transdisciplinar que busca captar a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de um enfoque integrado. Ela refuta o aprisionamento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, tais como sexo, gênero, classe social, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. A interseccionalidade vai além do simples reconhecimento da multiplicidade de sistemas de opressão que operam a partir dessas postulações e tem como objetivo compreender sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Apresentadas as características que marcam a singularidade da saúde coletiva enquanto área do conhecimento, torna-se mais clara a razão pela qual ela se aplica à análise da divulgação científica em saúde. Uma divulgação científica ampla, diversificada e alicerçada em conceitos que extrapolam as balizas da medicina, alcançando, por exemplo, as reflexões das ciências humanas e sociais, e que nos permita compreender que a saúde e o adoecimento humanos não são explicados simplesmente por comportamentos e atitudes individuais, por um determinado estilo de vida ou por fatores genéticos, mas também por elementos sociais, econômicos, políticos e culturais.

A partir disso, vale apontar que, como método para avaliar as fontes (documentos), nos valem da Análise Crítica do Discurso (ACD), abordagem teórico-metodológica que objetiva investigar como as formas linguísticas funcionam na reprodução, na manutenção e na transformação social. Cada vez mais, pesquisadores estão interessados em examinar criticamente práticas sociais que já foram consideradas isentas de ideologia, como o jornalismo.

Segundo Melo (2011), o sentido do termo 'crítico', nos estudos da linguagem, implica deixar claras as conexões entre os textos e os fatores que os permeiam, como os contextos histórico e social de produção. De acordo com Fairclough (2001), há 3 dimensões instrumentais de análise: descrição, interpretação e explicação, cada uma vinculada, respectivamente, às dimensões do discurso: texto, prática discursiva e prática social.

Conforme Salles e Dellagnelo (2019), a Análise Crítica do Discurso fundamenta-se na Linguística Sistêmico-Funcional e procura superar uma lacuna entre as teorizações baseadas na linguagem e as pesquisas dedicadas à explicação da linguagem em práticas sociais contextualizadas. Para isso, dedica-se ao entendimento das relações entre o discurso e as estruturas sociais, contando com o suporte teórico das ciências sociais para associar a abordagem linguística a uma perspectiva sociotéorica do discurso.

A ACD considera que muitas das relações entre a linguagem e as estruturas sociais são opacas, ou seja, pouco transparentes e difíceis de compreender, o que acaba por fazer com que elas passem despercebidas aos indivíduos. Significa dizer que a ACD se propõe a desconstruir os significados ocultos presentes nos textos, expondo elementos indiciais, reprodutores da organização social que privilegia certos grupos e indivíduos em detrimento de outros, por meio de ideologias ou da preservação de poderes (hegemonia) de grupos dominantes.

Uma das principais preocupações da ACD é identificar como a linguagem é usada para manter ou desafiar relações de poder e dominação no mundo contemporâneo. A ideologia é constituída por formas de ver o mundo, contribuindo para manter ou mudar os sistemas de poder e de dominação, organizados hierarquicamente, já que alguns membros de grupos desempenham papéis de destaque na tomada de decisões e no controle de processos. A dominação pode ser entendida como o exercício do poder social por elites, instituições ou segmentos populacionais, que resulta em desigualdade social. Aqui, estão incluídas a desigualdade política e cultural e a discriminação por classe social, etnia, gênero e orientação sexual (os marcadores sociais da diferença). Os textos que analisamos tratam de temas diretamente relacionados à discriminação, pois abordam questões sexuais e de gênero relacionadas à saúde de pessoas LGBTQIA+.

Na ACD, o método de análise resulta totalmente da fundamentação teórica; isto é, os procedimentos de aplicação da análise só fazem sentido se forem associados a certos princípios teóricos: linguagem opaca, encarada como prática social. Fairclough (2001) afirma que qualquer evento discursivo é composto por 3 dimensões simultâneas: o texto, a prática discursiva e a prática social. Tais dimensões correspondem aos elementos estruturais, como o léxico, os processos de coesão textual, a ordem sintática e a transitividade (texto); à produção, distribuição e consumo de textos, como os princípios de coerência textual, a intertextualidade, a interdiscursividade e a força ilocucionária (prática discursiva); e às atividades socioculturais e seus significados, como as ideologias, o exercício de poder e a hegemonia (prática social).

No procedimento metodológico apresentado por Fairclough (2001), há também três dimensões instrumentais de análise: descrição, interpretação e explicação, cada uma vinculada, respectivamente, às dimensões do discurso já elencadas, que são texto, prática discursiva e prática social. No que tange à dimensão textual, Fairclough considera que ela se refere aos aspectos estruturais que compõem o constructo de um texto, como os elementos de coesão textual, os itens lexicais e a sintaxe. Dentro da dimensão 'texto', é preciso considerar que a linguagem tem três funções diferentes: ideacional, interpessoal e textual.

A partir do que pondera Melo (2011) e com base nas proposições de Fairclough (2001, 2003), a partir dos estudos de Halliday (1985), pode-se afirmar que a primeira, a ideacional, tem como atribuição compreender o campo do discurso, o tipo de atividade social, os objetivos e o assunto.

Ao se analisar a função ideacional, verificam-se os aspectos léxico-gramaticais referentes ao conteúdo das mensagens, aos fenômenos do mundo, à realidade relatada. Nela, a unidade de análise é o enunciado (uma frase, um discurso ou parte dele), formado por participantes (grupos nominais, isto é, um nome — um substantivo —, acompanhado de uma palavra que o determina, o modifica ou o complementa). Tal palavra pode ser um artigo, um pronome ou um adjetivo. O grupo nominal representa o sujeito ou o objeto direto da oração e é acompanhado dos processos (verbos) e das circunstâncias (advérbios). A relação entre esses constituintes forma um enunciado transitivo, cujo estudo permite compreender quem faz, é, pensa ou diz algo e em quais circunstâncias isso ocorre. O sistema de transitividade, por sua vez, é a realização léxico-gramatical da função ideacional.

A segunda função (interpessoal) atua no estabelecimento de relações sociais e identidades (e se divide em relacional e identitária). Refere-se às opções léxico-gramaticais das atitudes e dos juízos, da participação e do envolvimento dos interlocutores no evento discursivo, por meio das estruturas de modo (modo indicativo: orações declarativas e interrogativas; modo imperativo) e de modalidade. Por meio dela, é possível compreender como a disparidade e o poder na interação verbal indicam controle e hegemonia. Segundo Soares e Silva (2016), tendo como referência as premissas de Halliday (1994), a interação entre falante e ouvinte e entre escritor e leitor envolve a demanda e o fornecimento de informações (proposições) ou de bens e serviços (propostas), que podem ocorrer no âmbito da afirmação ('sim'; 'aceito') ou da negação ('não'; 'discordo'). Quando estas estão em níveis intermediários ('nem sim, nem não'), surgem as modalidades, relacionadas à atitude do falante e divididas em modalização e modulação.

Na modalização, em relação às proposições (informações sobre as quais se pode argumentar por meio do discurso), há graus de probabilidade e de usualidade. Na modulação, por outro lado, o comando representa graus de obrigação; e a oferta, graus de inclinação (quer fazer, deseja fazer, decide fazer).

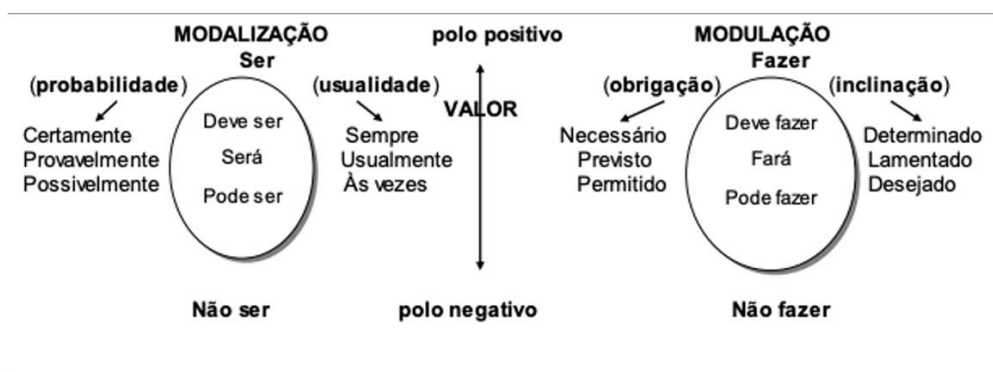


Figura 1: Modalidade

Fonte: Soares e Silva (2016, p. 319)

Ainda conforme Soares e Silva (2016), a proposição feita pode ter valor mais alto ou mais baixo: o mais alto aproxima-se do âmbito positivo, e o mais baixo, do negativo. O valor permite ao leitor avaliar as opiniões do autor — quando um marcador de modalidade se aproxima mais do âmbito positivo, pode-se inferir que o grau de envolvimento é maior; por outro lado, quando se aproxima do âmbito negativo, a opinião emitida pode estar sendo mascarada. Pelo apresentado, as modalidades estão associadas à maior ou à menor certeza que o escritor manifesta sobre o conteúdo proposicional.

Soares e Silva (2016) afirmam que a modalização pode expressar probabilidade ou frequência nas proposições, denominando-se modalização ou modalidade epistêmica. Diz respeito à categoria semântica das proposições em que o que se troca são informações no eixo do conhecimento, e é do tipo indicativo. O grau da probabilidade manifesta-se por meio de advérbios como ‘certamente’, ‘provavelmente’ e ‘possivelmente’. O grau de usualidade é indicado por expressões como ‘frequentemente’, ‘usualmente’ e ‘algumas vezes’. Pode-se recorrer aos verbos modais (poder, dever), aos grupos adverbiais (‘sem dúvida’, ‘às vezes’) e às expressões modalizadoras (‘é provável’, ‘é certo’, ‘é possível’) para sua elaboração.

A modulação, uma modalidade do tipo imperativo, caracteriza-se por comandos, ofertas e sugestões do falante ou escritor ao interlocutor. Refere-se à categoria semântica das propostas em que se trocam bens e serviços, e pode expressar obrigação ou inclinação, denominando-se modulação ou modalidade deôntica. O produtor do texto expõe o que pensa de forma enfática, pois tenta assegurar a veracidade do que redige. A modulação manifesta-se por meio de graus que variam entre a obrigação e a inclinação: o grau da obrigação é demonstrado por meio de expressões como ‘necessário’, ‘aceitável’ e ‘permitido’; o da inclinação, por ‘determinado’, ‘desejoso’ e ‘inclinado’. Também podem aparecer os verbos modais (dever, deveria) e expressões como ‘é necessário’, ‘é preciso’, ‘é evidente’, ‘é permitido’.

A terceira função da dimensão ‘texto’, a textual, contribui para a ordenação do texto ao indicar as finalidades comunicativas de quem fala ou escreve. Essa função diz respeito à estrutura textual e, com ela, parte-se da pressuposição de que a ordem de um enunciado não se dá ao acaso. O sistema de representação desta função é composto pelo tema e pelo rema: o tema, ponto de partida de uma oração, remete ao elemento textual central da progressão do texto, e sobre ele irá recair algo — uma nova informação —, representado pelo rema. Assim, o rema é a parte da frase que apresenta algo de novo sobre o tema; trata-se de um comentário.

Resumindo, com base nas 03 funções elencadas, podemos afirmar que um texto é constituído por um conjunto de elementos estruturais que, simultaneamente, representam a realidade, forjam identidades e relações e organizam a informação textual (MELO, 2011).

Retomando as colocações de Fairclough (2001) e Melo (2011), quanto à prática discursiva, nota-se que o analista precisa exercitar sua capacidade de interpretação, verificando a ação que a linguagem exerce por meio do discurso e como ele é produzido (escrito ou oral) e consumido (lido, ouvido ou ouvido e visto).

Acerca da prática social, podemos considerar que, nela, são escrutinadas as conexões entre ideologia e hegemonia, averiguando de que forma o texto se relaciona com determinadas estruturas da sociedade (por exemplo, a segregação de grupos sociais, a distribuição desigual de riqueza, o patriarcado, entre outras).

Pelo que já vimos, a análise textual é imprescindível na ACD e a análise da dimensão do texto constitui uma análise interna, pois permite a verificação das relações semânticas (causais, condicionais, temporais, aditivas, elaborativas, contrastes), das relações gramaticais (conjunções, preposições), e do vocabulário. Entretanto, a análise interna deve ser realizada com o intuito de explicar o significado que as características gramaticais identificadas no texto exercem no contexto do discurso. Assim, um segundo momento da análise textual envolve a análise das relações externas, ou seja, o exame da relação do texto com outros textos e com as estruturas sociais. A análise interna engloba a dimensão do texto e suas funções (ideacional, interpessoal e textual) e a análise externa é formada pelas dimensões das práticas discursiva e social.

3 RESULTADOS

A partir da avaliação das publicações, percebemos que houve mudanças no número de temas discutidos, no vocabulário empregado nos textos, nos canais de divulgação e na profundidade das discussões sobre a maneira de abordar a saúde LGBTQIA+, mas ainda é possível encontrar discursos que não contribuem para um debate tão proveitoso acerca do assunto. O tempo traz consigo a noção de que é possível observar transformações significativas em um período de décadas, o que comprova que 30 ou 40 anos podem ser suficientes para promover alterações relevantes na forma de discutir assuntos como o objeto de estudo desta tese, mesmo que o tema seja complexo, multifacetado e extremamente relevante, como é a saúde LGBTQIA+.

Termos como 'aidético(a)' não são mais usados, e a ciência já alcançou outras formas de prevenção da infecção pelo HIV, entre elas, a PrEP, mas o tema ainda desperta preconceito e a ideia de que os medicamentos favorecem pessoas promíscuas e que não usam preservativo. Observamos que, com o tempo, o discurso perde aquelas características ofensivas deliberadamente empregadas, mas, em algumas situações, continua a se prestar à falta de clareza e à opacidade, apoiando-se na objetividade e na neutralidade da ciência, do jornalismo ou da atividade comunicacional como um todo. Fruto da falta de autorreflexão do profissional que produz o discurso, da falta de comprometimento com o exercício de pensar sobre o ofício que exerce e, por fim, da falta de compromisso com o público, discursos disfarçados de imparcialidade reforçam preconceitos e mantêm fortes os alicerces discriminatórios a partir dos quais foi erguida a sociedade brasileira. Tanto que ainda há quem acredite em práticas sociais desprovidas de ideologia, o que facilita a perpetuação da homofobia, da transfobia e de outros atos de violência contra pessoas LGBTQIA+. É preciso estender e aprofundar a discussão.

Considerando tudo isso, observamos, entre outras coisas, que a sexualidade, enquanto construção social e histórica, sempre teve, na heterossexualidade, um sinônimo de ordem social. Haja vista o pressuposto heterossexista de parte do pensamento sociológico, inclusive nas investigações sobre sexualidades não hegemônicas: os estudos sobre minorias acabavam contribuindo para a manutenção da norma heterossexual (Miskolci, 2009). Assim, a AIDS foi vinculada aos indivíduos ditos desviantes e dissidentes da heterossexualidade dominante (como é o caso de gays, bissexuais e pessoas trans, por exemplo), temática que mantém interface com a minha pesquisa e me motiva a escrever sobre ciência, militância e a política enquanto palco de defesa dos direitos humanos, como o direito à saúde.

Seguimos tendo a oportunidade de fortalecer a democracia por meio da informação de qualidade, que promova a reflexão, o diálogo e a troca de opiniões e, em última instância, conduza à construção do conhecimento. Assim, será possível promover o desenvolvimento científico e tecnológico, reduzir as desigualdades em saúde e edificar uma sociedade mais próxima daquela considerada ideal. Por mais idílico que isso possa parecer. Tudo o que resulta na superação de disparidades sempre nos parece utópico ou fruto de devaneios. Entretanto, a história mostra que o enfrentamento à exploração, à dominação e à discriminação, que produzem efeitos altamente deletérios sobre grupos populacionais frequentemente subjugados, desrespeitados e relegados à condição de inferioridade que lhes convém aos dominadores, exige tempo e disposição para a luta.

4 CONCLUSÃO

Ainda que, supostamente, por trás do discurso jornalístico estivesse uma amálgama de justificativas médico-científicas, o que se viu foi uma profusão de manifestações preconceituosas, expressas em matérias produzidas por 02 dos principais jornais brasileiros. Independentemente do profissional responsável pela assinatura do texto, fosse ele médico ou jornalista, constatou-se que era possível haver recriminações explícitas contra o comportamento de homossexuais, notadamente mirando o principal alvo da censura da sociedade brasileira àquela altura.

Ainda que utilizando informações provenientes de agências de notícias internacionais, municiada com referências importadas dos Estados Unidos, a imprensa brasileira contribuiu para que o binômio HIV/AIDS se tornasse público e notório, apesar de levar ao conhecimento dos leitores uma realidade forjada em meio ao preconceito, à segregação e à estigmatização de grupos populacionais apontados como infratores e descumpridores das regras que norteiam o convívio social, inclusive no que se trata de sexualidade e gênero. O ar de novidade e a falta de conhecimento sobre a AIDS muitas vezes serviram de álibi para que se reproduzissem inverdades a respeito da doença e de seu curso evolutivo entre gays, bissexuais e pessoas trans.

À época, não se dispunha da internet, aliada à qual se pode recorrer quando se faz necessário verificar a veracidade de um dado ou informação, e quando o intuito é cercar-se de diferentes fontes de conteúdo. A imprensa tradicional era a principal curadora do material de divulgação científica, e as notícias tinham a cara que os jornalistas queriam dar. É certo, como já mencionamos, que profissionais da saúde também escreviam textos sobre a temática em voga, e o faziam nos veículos da chamada ‘grande imprensa’, responsáveis por controlar a cancela ou o portão pelo qual passavam os acontecimentos que, editorialmente, eram selecionados e transformados em notícias.

O tempo carregou consigo uma bagagem repleta de transformações humanas, sociais, tecnológicas, científicas e econômicas, que modificaram o cenário comunicacional e, por consequência, a maneira de divulgar os fatos científicos. Jornais e outros veículos de imprensa seguem tendo um papel de destaque na publicação noticiosa, mas o protagonismo tem sido dividido com outras plataformas de comunicação e de difusão do conhecimento surgidas após o advento da rede mundial de computadores: é possível acessar sites, blogs e redes sociais com um aparelho celular. Contas no Instagram, grupos de WhatsApp e vídeos do YouTube são usados por divulgadores científicos para tornar públicos assuntos como HIV/AIDS, homossexualidade, homofobia, sexo anal, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

O século XXI atesta que as novas tecnologias comunicacionais e informacionais oferecem uma gama muito maior de possibilidades de informar-se, mas também têm permitido que o perfil do divulgador científico passe por mudanças substanciais, que dizem respeito à diversificação dos profissionais: além de jornalistas, médicos, enfermeiros, biólogos, microbiologistas e pessoas de outras áreas aparecem como responsáveis por espalhar as notícias da ciência, contando com o alcance que só a parafernália digital é capaz de garantir a quem dela usufrui. Em qualquer canto, desde que haja acesso à internet, é possível postar textos ou vídeos sobre o que se deseja. Mas a mudança de perfil não diz respeito apenas a quem divulga; refere-se ao que é divulgado e a como é divulgado.

Da dupla HIV/AIDS, nos anos 1980 e 1990, chegou-se a um leque bem mais amplo de assuntos de reconhecida relevância quando a população LGBTQIA+ está envolvida. Homofobia, sorofobia, saúde mental de homossexuais e pessoas trans, transição de gênero, prazer sexual, infecções sexualmente transmissíveis e a prevenção delas são exemplos da ampla e diversificada rede de temas debatidos pelos profissionais da divulgação científica. Esse avanço no sentido de expandir o universo da divulgação científica sobre a saúde LGBTQIA+ foi possível graças à exigência da sociedade (pelo menos de parte dela), interessada em ver o que precisa ser esmiuçado, analisado, compartilhado e pesquisado. Contribuíram também para a ampliação do debate a militância e o ativismo, que, desde o fortalecimento do movimento *gay* nos anos 1970 e 1980, se dedicaram às manifestações a favor da saúde pública e da criação do SUS, até às Paradas do Orgulho LGBTQIA+, das quais participam multidões. É dessas multidões que saem muitos dos divulgadores que hoje se destacam nacionalmente.

O ativismo está relacionado à luta por espaço, por direitos e por representatividade. Fazer-se representar ainda é um problema para a população LGBTQIA+, que tem assistido ao crescimento de movimentos conservadores, surgidos justamente numa tentativa de frear o avanço progressista, que tem pleiteado maior participação de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, queer e intersexos na vida política e social do país. Para lésbicas e pessoas trans, é ainda mais complicado obter notoriedade e falar. Mesmo no segmento LGBTQIA+, isso acontece, e é preciso que a divulgação científica colabore para que essa discussão avance e seja conduzida com a atenção e o esmero que merece. É igualmente necessário aumentar o espaço dedicado às publicações sobre o que interessa ao público feminino alojado na sequência de letras que denomina o grupo populacional acerca do qual tanto se escreveu aqui.

Uma visão mais ampla em termos de propagação de informações, quando falamos de ciência e de saúde, é fundamental para o aperfeiçoamento da democracia, o aprimoramento da vida em sociedade, e a criação de um público que tenha como um de seus interesses as notícias relacionadas à ciência. Para cativar o público e conquistá-lo, são necessários profissionais dispostos a realizar essa tarefa. Os divulgadores são comunicadores; alguns, jornalistas. Todos se ocupam, portanto, de uma atividade de gigantesca importância social. Essencialmente social. Esquivar-se desse papel é repetir uma postura de fuga da responsabilidade, já verificada na redação de textos baseados no jornalismo declaratório ou na elaboração de publicações assinadas por profissionais da saúde, que se valem da recontextualização para conferir ao discurso um caráter totalmente alheio à realidade, com a justificativa de evitar a estigmatização da população LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, França, v. 2009/1, p. 70-88, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm>. Acesso em: 13 ago. 2022.

DELACROIX, C. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres? Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709/8049>. Acesso em: 31 mai. 2019.

DOSSE, F. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05-22, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>. Acesso em: 31 mai. 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

HALLIDAY, M. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. **Functional grammar**. 2.ed. New York: Routledge, 1994.

LOPES, P. O. **Jornalismo e reprodução de estereótipos: HIV/AIDS e homossexuais no Brasil na década de 1980**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Santo Amaro, São Paulo, SP.

LUZ, M. Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade de saberes e práticas– análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. *Saúde Soc.*, v. 18, n. 2, p. 304-311, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MkLhKMvH4KqDSJNgSG48VqG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 ago. 2020.

MELO, I. F. Análise crítica do discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 1335-1346, set./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1257/807>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpnrcJvdn/?format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SALLES, H. K.; DELLAGNELO, E. H. L. A análise crítica do discurso como alternativa teórico metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 414-434, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/VSrfdMxTzNDzmdqB7LSFs9C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SAUVAGE, P. Una Historia del Tiempo Presente. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 17, p. 59-70, 1998. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81111329005>. Acesso em: 30 maio 2019.

SOARES, N. M. M.; SILVA, E. C. M. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, Jataí, v. 08, n. 1, p. 314-334, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/28379618/RELA%C3%87%C3%95ES_INTERPESSOAIS_MODALIDADE_NO_DISCURSO_INSTITUCIONAL_INTERPERSONAL_RELATIONS_MODALITY_IN_INSTITUTIONAL_DISCOURSE. Acesso em: 22 fev. 2023.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B.; MENEGON, V. M.; LYRA, J.; LIMA, H. A construção da AIDS-notícia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 851-862. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vcGtwR9pcxZv3QBvmLXmyzy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2017.